

Meta 9

Plano de Ação

De acordo - 25/11/2020
Humberto Martins

Ministro Humberto Martins
Presidente
Superior Tribunal de Justiça

Motivação

O presente plano de ação do STJ visa ao cumprimento da Meta Nacional n. 9, aprovada no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, qual seja integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário, por meio da realização de ações de prevenção e de desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS).

De acordo com o glossário de metas do CNJ, “para fins dessa meta, o tribunal deverá escolher um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Após a escolha do ODS, verificar na tabela em anexo “ANEXO: Meta 9 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário” quais são os três assuntos mais demandados (acervo) no tribunal e escolher entre um deles. Em seguida, o tribunal deverá elaborar um plano de ação voltado à prevenção ou desjudicialização do grupo de demandas escolhido e realizá-lo Situação atual.”

O critério mais objetivo identificado pela área técnica do Tribunal para a escolha de um ODS foi fazer o levantamento da quantidade de processos em tramitação, relativa a todos os assuntos constantes do anexo da meta 9 do glossário do CNJ. Em março de 2020, foi realizado esse levantamento dos assuntos que possuíam mais processos pendentes de julgamento no acervo do STJ, chegando-se aos seguintes números:

ODS	Código Assunto TPU	Assunto	Quantidade de processos tramitando
	10.288	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO – Servidor Público Civil – Sistema Remuneratório e Benefícios	6.496
	9.607	DIREITO CIVIL – Obrigações – Espécies de Contratos – Contratos Bancários	5.894
	3.372	DIREITO PENAL – Crimes contra a vida – Homicídio Qualificado	3.990
Total geral			16.380
Total geral de processos tramitando em 31/3/2020			276.783

Ministro Humberto Martins
Presidente
Superior Tribunal de Justiça

Meta 9

Plano de Ação

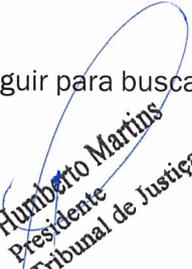
Importa comentar que, como a meta 9 não estava contemplada inicialmente no Plano STJ 2020, vigente desde 2015, o citado levantamento dos dados foi finalizado apenas em março deste ano. Naquele mesmo momento, enfrentamos as dificuldades decorrentes da pandemia do COVID-19, exigindo a concentração de esforços das equipes com os novos desafios apresentados, de modo que o cumprimento da meta ficou prejudicado.

Após a 2ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizada em agosto de 2020 e a mudança de gestão administrativa do STJ, a partir de setembro, os estudos foram retomados, porém na sequência foram impactados pelo ataque cibernético sofrido pelo Tribunal, atrasando ainda mais a publicação do plano de ação em tela.

Em novembro, nova análise foi realizada para atualização do quantitativo de processos tramitando no STJ, identificando-se que os 3 assuntos destacados em março ainda figuravam com o maior número de incidência dentre os vinculados aos ODS. Os números foram atualizados conforme se segue:

ODS	Código Assunto TPU	Assunto	Quantidade de processos tramitando
	10.288	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO – Servidor Público Civil – Sistema Remuneratório e Benefícios	5.520
	9.607	DIREITO CIVIL – Obrigações – Espécies de Contratos – Contratos Bancários	5.001
	3.372	DIREITO PENAL – Crimes contra a vida – Homicídio Qualificado	5.230
Total geral			15.751
Total geral de processos tramitando em 23/11/2020			261.085

Diante do exposto, neste documento o STJ apresenta as etapas que pretende seguir para buscar o cumprimento da meta 9 em 2021.


Ministro Humberto Martins
Presidente
Superior Tribunal de Justiça

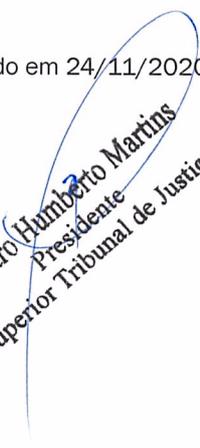
Meta 9

Plano de Ação

Plano de ação

Ação	Prazo	Responsável	Situação
Submeter a priorização do assunto a ser tratado na meta 9 à Presidência do STJ.	Até 30/11/2020	AMG	Em andamento
Revisão do plano de ação para cumprimento da meta e envio ao CNJ.	Até 15/12/2020	AMG	Não iniciado
Divulgação para os gabinetes de ministros sobre a nova meta nacional a ser priorizada.	Até 15/12/2020	Presidência	Não iniciado
Levantamento de quantitativo, identificação dos processos por gabinete e envio de relatório individualizados aos ministros, para priorização.	Até 31/01/2021	CGIN/AMG	Não iniciado
Identificação de outras ações de prevenção e desjudicialização possíveis, visando o cumprimento da meta 9.	Até 26/02/2021	Presidência e Comitê Consultivo Temporário de Gestão	Não iniciado
Envio mensal de relatórios individualizados aos gabinetes de ministros com os dados da meta 9.	De fevereiro a dezembro/2021	CGIN/AMG	Não iniciado
Priorização do julgamento dos processos da meta 9 nos gabinetes de ministros.	De fevereiro a dezembro/2021	Gabinetes de ministros	Não iniciado
Monitoramento trimestral dos resultados de julgamento da meta 9 visando a redução do acervo.	De março a dezembro/2021	Presidência	Não iniciado

Atualizado em 24/11/2020


Ministro Humberto Martins
Presidente
Superior Tribunal de Justiça